



Agenda Brasil vai avançar para fortalecer economia, diz Renan

Presidente do Senado anunciou retomada dos projetos prioritários e encontro com o ministro da Fazenda na próxima semana para definir essa pauta

Os projetos reunidos na Agenda Brasil, para alavancar o crescimento econômico e aumentar a segurança jurídica no país, serão retomados, conforme anunciou ontem o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele lembrou que mais de 20 propostas dessa agenda da Casa já foram aprovadas. Mas não avançaram na Câmara devido à resistência do então presidente, Eduardo Cunha. Com a mudança de comando naquela Casa, Renan disse ter esperança de que a tramitação avance. O senador considerou

fundamental o engajamento do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, para que a Agenda Brasil se concretize. Meirelles deve se encontrar com ele na próxima semana, quando vão listar os projetos prioritários, como a PEC que fixa teto de gastos do governo. Renan informou que propôs a Michel Temer parceria entre o Legislativo e o Executivo para inventariar as obras inacabadas no país. E afirmou que pretende discutir proposta que impeça o início de obra sem antes concluir a que está em andamento. **3**



Renan anuncia, em entrevista, que a pauta de projetos prioritários da Casa será retomada com participação de Meirelles

Gerardo Magela/Agência Senado



Na comissão, senadores comentam a decisão de trocar o coordenador da junta pericial devido a opiniões em redes sociais

Perícia do impeachment deve ser concluída no dia 27

Começaram ontem os trabalhos da equipe técnica que tem até o dia 27 para fazer perícia nos documentos do processo de impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff. O presidente da comissão, Raimundo Lira, anunciou a decisão de substituir o coordenador dessa junta pericial, que em redes sociais havia se posicionado a favor do impeachment.

Das quatro testemunhas ouvidas ontem pela comissão, três têm experiência no Ministério

da Educação — uma das pastas beneficiadas por recursos dos decretos de suplementação que originaram o processo contra Dilma. Os quatro negaram irregularidades.

Pela manhã, foi lançado o livro *20 Horas na História: a longa sessão de admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff*. Em mais de 300 páginas, a publicação editada pela Secretaria de Comunicação Social apresenta tudo da sessão de 11 de maio. **4 e 5**

Debate: contaminação de alimentos impede doação

Uma das razões de perda e desperdício de alimentos é a falta de cuidados simples dos consumidores, como lavar as mãos ou não tossir perto da comida em restaurantes e mercados, segundo participantes de audiência na Comissão de Agricultura. A punição aos doadores por danos causados pelo distribuidor também acaba levando produtos ao lixo. **8**



Ana Amélia (C) preside debate sobre projetos na Comissão de Agricultura

Gerardo Magela/Agência Senado

Teto para gastos não prejudica educação e saúde, afirma ministro

O titular interino no Ministério do Planejamento explicou ontem no Senado a proposta que fixa um limite para os gas-

tos públicos e negou prejuízo a setores vitais. Segundo ele, a medida é um primeiro passo para o ajuste fiscal. **7**



Wellington Fagundes, que vai relatar a LDO 2017, e o ministro Dyogo Oliveira

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Renan mantém prazo para decisão sobre Rodrigo Janot

O Senado já recebeu nove pedidos de impeachment contra o procurador-geral, Rodrigo Janot. A decisão sobre o que foi apresentado nesta semana sairá na quarta. **3**

Professor pede mais tempo para tutoria em universidades

Professores ouvidos ontem no Senado criticaram o limite de tempo de permanência dos tutores em programa mantido pelo Ministério da Educação. **8**

Vai à Câmara nova legislação antidoping

Sancionada lei que refinancia dívida de caminhoneiro

Mercosul deve se internacionalizar, diz embaixador

Para especialistas, investimento em logística é baixo

Falta de recursos públicos, de planejamento e de gestão complicam a melhoria da infraestrutura de transportes no país, que perde competitividade, avaliaram especialistas em evento promovido pelo ILB

Debatedores criticam baixo investimento em logística

PLANEJAMENTO, INVESTIMENTO E desburocratização. Esses são os principais passos para favorecer a logística de transporte no Brasil, de acordo com especialistas e senadores que participaram de painel sobre perspectivas do setor, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) na quarta-feira.

A coordenadora de economia da Confederação Nacional de Transportes (CNT), Priscila Santiago, defendeu um plano de transporte integrado e ressaltou a importância de uma política nacional com objetivos e metas de longo prazo bem definidos. A especialista criticou o baixo investimento público em infraestrutura, que vem diminuindo ainda mais. Em 1975, o percentual era de 1,8% do PIB do país; em 2015, caiu para 0,2%, disse Priscila:

— É preciso incentivar o investimento privado oferecendo segurança jurídica, garantir a qualidade nos investimentos públicos e renovar a frota para mudar esse quadro no Brasil.

Maurício Pimenta Lima, do Instituto de Logística e Supply Chain, chamou a atenção para o custo logístico total do Brasil em 2015, que representou 11,9% do PIB, enquanto o índice dos Estados Unidos ficou em 7,7%. Ele lamentou que o transporte no Brasil seja caro para quem contrata e explicou que o alto custo deve-se à inadequação do modal disponível. Segundo Lima, na ausência de um modelo de transportes, acabou-se adotando no país o modal rodoviário, que hoje é responsável pela movimenta-



Painel discute desafios para desenvolvimento do setor de transporte e logística

ção de dois terços das cargas. Wellington Fagundes (PR-MT), presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem e da Comissão Senado do Futuro, disse que, como relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), vem se deparando com um grande volume de obras inacabadas, o que impede novos investimentos.

Riscos

Os especialistas avaliaram também os riscos jurídicos e econômico-financeiros de infraestrutura e logística. O gerente-geral de Serviços em Infraestrutura do Banco do Brasil, Fabiano Macanhan Fontes, destacou o *Relatório da Competitividade Global 2015-2016*, que avalia infraestrutura: entre 140 nações, o Brasil ocupa a 123ª posição. Ele citou estudo que aponta que o país deveria investir 4% do PIB ao ano em infraestrutura.

Ana Amélia (PP-RS) comemorou a oportunidade de discutir uma mudança das

práticas atuais, que elevam os custos dos produtos por causa da deficiência na logística de transporte. A senadora citou projeto dela para limitar em 25% do valor inicial os aditivos em contratos de obras, serviços e compras (PLS 25/2012).

Os consultores legislativos Liliane Galvão, do Senado, e Tarcísio Gomes de Freitas, da Câmara, destacaram propostas em tramitação no Congresso relacionadas à infraestrutura de transportes e logística. O PLS 52/2013, sobre gestão e controle social das agências reguladoras, é um deles. Outra proposta citada foi a PEC 39/2015, que aumenta o nível da segurança jurídica das concessões e permissões públicas.

O chefe do Departamento de Transporte e Logística do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Cleverton Aroeira da Silva, e o advogado Christian Fernandes Gomes, do Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura, também participaram do debate.

Lei que refinancia dívida de caminhoneiro é sancionada

O presidente interino Michel Temer sancionou a lei que estabelece melhores condições para o refinanciamento de dívidas de caminhoneiros e prorroga o prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Foi vetada a concessão de mais prazo e desconto para agricultores quitarem débitos referentes ao crédito rural.

Publicada no *Diário Oficial da União* de quarta-feira, a Lei 13.295/2016 tem origem no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/2016, decorrente da MP 707/2015 e aprovado no Senado em maio.

A nova lei expande contratos de financiamento de caminhoneiros com o BNDES. Também autoriza o banco a prorrogar até 30 de dezembro o prazo para a formalização de refi-

nanciamento de empréstimos contraídos por caminhoneiros para a aquisição de veículos, reboques, carrocerias e bens semelhantes. A prorrogação será válida para contratos firmados até o fim de 2015.

Uma nova medida provisória (a MP 733/2016) foi editada para autorizar a liquidação e a renegociação de crédito rural por agricultores do Nordeste e aqueles inscritos em dívida ativa da União.

Cadastro rural

A lei também prorroga até 31 de dezembro de 2017 o prazo para inscrição no CAR, na tentativa de dar mais oportunidade aos agricultores.

— Estamos dando um passo importante para promoção da justiça, mas, sobretudo, para a

retomada dos investimentos, do emprego e da renda no setor rural nordestino — disse o senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que presidiu a comissão mista responsável pela análise da medida.

Temer vetou os artigos que abatem grande parte das dívidas referentes ao crédito rural e também os que estabeleciam a remissão integral da dívida.

Um dos trechos vetados, o que possibilitava a remissão integral, se aplicaria apenas para as dívidas contraídas até o fim de 2006. Essa hipótese não constava do texto original do governo e foi acrescentada pelo relatório final da comissão.

De acordo com as razões do veto, as propostas apresentavam inconstitucionalidade formal e material.

Viana: análise de MP que prorroga prazo de estrangeiro no Mais Médicos é urgente

Jorge Viana (PT-AC) pediu urgência na análise da MP 723/2016, que prorroga por mais três anos o prazo para que profissionais estrangeiros possam trabalhar no Programa Mais Médicos sem necessidade de validação do diploma.

O senador afirmou que o Mais Médicos é o único socor-



Jefferson Rudy/Agência Senado

ro que a maioria dos municípios do Brasil tem para dar o mínimo de atendimento médico à população.

— Se não priorizarmos a apreciação dessa MP, podemos ter a retirada de 15 mil médicos que estão nos municípios mais distantes do Brasil, aonde muitos não vão, nem com bons salários.

Lasier lamenta ações de promotores e juízes contra jornalistas no Paraná

Lasier Martins (PDT-RS) lamentou que juízes e integrantes do Ministério Público do Paraná tenham decidido ajuizar ações contra o jornal *Gazeta do Povo* e cinco de seus jornalistas por causa de reportagem sobre os salários pagos às categorias, muitas vezes superiores ao teto constitucional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo o senador, as informações foram obtidas por meio dos portais de transparência do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Paraná. Por isso, disse, não procede a alegação de que a reportagem tenha sido ofensiva e irresponsável, como divulgou a associação dos magistrados do estado.

Sérgio Petecão denuncia violência no Acre e pede apoio no combate ao crime

Sérgio Petecão (PSD-AC) denunciou onda de violência no Acre e pediu às autoridades apoio no combate à criminalidade. Ele frisou que os números sobre a criminalidade no estado “são mantidos a sete chaves” pelo governo estadual, que, segundo ranking do Ministério Público Federal, é o terceiro



Jefferson Rudy/Agência Senado

pior em transparência. Petecão disse que, de 1º de maio a 15 de junho, foram registrados 48 assassinatos, 77 tentativas de homicídio, 68 apreensões de drogas e 107 assaltos no Acre. Segundo o senador, os números são mais preocupantes porque o estado tem uma população de apenas 803 mil habitantes.

Histórias Contadas apresenta trajetória de Eduardo Suplicy

O ex-senador Eduardo Suplicy é o protagonista do novo episódio do programa *Histórias Contadas*, da TV Senado. Em entrevista ao jornalista Armando Rollemberg, Suplicy conta como se tornou um dos expoentes da esquerda brasileira, tendo representado São Paulo no Senado por três mandatos.

Na entrevista, o ex-senador diz que, como um dos fun-

dadores do PT, defende que todas as denúncias sejam apuradas e que o partido “faça uma profunda reflexão”.

O *Histórias Contadas* é um programa dedicado ao resgate da memória de personalidades que deixaram sua contribuição ao Parlamento.

Histórias Contadas
• amanhã, às 21h30
• domingo, às 11h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

IMPEACHMENT Cinco testemunhas

10h A comissão ouve José Henrique Paim, Zarak Ferreira, Antônio José Chatack, Nelson Barbosa e Georgimar Martiniano.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Gerardo Magela/Agência Senado

Renan informa, em entrevista, que propôs a Michel Temer parceria para fazer inventário das obras inacabadas no país

Projetos da Agenda Brasil vão avançar, anuncia Renan

O presidente do Senado considerou fundamental o engajamento do ministro da Fazenda, com quem se reúne na próxima semana para definir pauta de propostas que ajudem na estabilização econômica

AGENDA BRASIL

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem a retomada, pelo Senado, da Agenda Brasil, um conjunto de projetos reunidos pela Casa para alavancar o crescimento econômico e aumentar a segurança jurídica no país. A agenda está dividida em três áreas: melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura, equilíbrio fiscal e proteção social.

— A Agenda Brasil foi feita a partir de propostas que já estavam tramitando no Senado. Mais de 20 delas já foram aprovadas — destacou.

Renan lembrou que quando foi anunciada, no ano passado, a iniciativa sofreu com a morosidade imposta pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que se recusou a colocar os projetos da Agenda Brasil em pauta.

— Com esses episódios da Câmara, eu tenho esperança grande de que agora os deputados vão apreciar os diferentes pontos dessa

agenda — disse.

O presidente do Senado defendeu que, dentro da Agenda Brasil, sejam apreciados também a PEC que define o teto de gastos do governo e os projetos de reajustes salariais dos servidores públicos para que, dessa forma, sejam criadas as condições de avançar na economia.

Meirelles

Renan disse ainda que é muito importante ouvir o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

— É importante que o ministro venha aqui, porque, se você concede reajuste de R\$ 70 bilhões, você perde referências. A mesma Receita Federal, que ontem silenciou a favor do reajuste, estava aqui preocupada com a repercussão para a pequena e a microempresa de R\$ 800 mil. É preciso ter critérios, o mínimo de planejamento e engajar o [ministro] Meirelles nessas conversas. A participação dele é fundamental para que a gente possa continuar a trabalhar — argumentou.

Meirelles deve participar, na próxima semana, de jantar na residência oficial do Senado para definir com Renan a pauta econômica a ser apreciada pelo Congresso.

O presidente do Senado advertiu que é preciso criar condições para viabilizar o governo do presidente interino, Michel Temer.

— É em torno deste governo provisório, provisório sim, que temos que criar uma agenda e ajudar na estabilização da economia — enfatizou.

Ele relatou ainda que propôs ao presidente Michel Temer a criação de uma parceria entre o Legislativo e o Executivo para inventariar as obras inacabadas no Brasil.

— Vocês não têm ideia do que significa esse cemitério de obras inacabadas. Foram recursos públicos empenhados em obras que, por diferentes motivos, foram abandonadas. É preciso que tenhamos responsabilidade fiscal para votarmos uma lei que garanta que não se inicie nenhuma obra nova sem que a anterior seja concluída — defendeu.

Prazo sobre impeachment de Janot foi mantido para quarta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou ontem a intenção de decidir somente na quarta-feira sobre o novo pedido de impeachment apresentado contra o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ao todo, a Casa já recebeu nove pedidos contra o procurador. Renan disse que o prazo de uma semana é “razoável” para poder analisar a matéria, garantindo que fará com imparcialidade e isenção.

Questionado pela imprensa se estaria coagindo o procurador-geral da República, Renan negou.

— Pelo contrário. Você acha que alguém intimida o procurador-geral da República? Quando as pessoas perdem o limite da Constituição, perdem o limite do ridículo também. O procurador-geral fez busca e apreensões na residência de vários parlamentares que estavam dispostos a colaborar. Quebrou o sigilo de informações que já haviam sido dadas. Fez condução coercitiva de alguém que não colocou nenhum obstáculo para depor. Quebrou sigilos já entregues. Pediu a prisão de senadores que não colocaram nenhuma dificuldade para depor. E, ao final, pediu a prisão de senadores no exercício do mandato sem flagrante delito de crime inafiançável — relatou.

Segundo Renan, três delações haviam sido preparadas com objetivo de comprometer os senadores.

— A primeira, com o filho do Cerveró, que gravou o ex-senador Delcídio do Amaral. A segunda, do próprio Delcídio, que recebeu a tarefa de gravar os senadores com quem convivia no Senado. Não houve tempo. Mesmo assim, o assessor dele gravou o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Quando soube da informação, de pronto mandei demitir o assessor porque estava claro que aquilo era encomenda. Não apenas pelo fato de o senador fazer delação pré-datada por

seis meses, mas também pelo próprio gabinete do senador que já começava, a pedido de alguém — não se sabe ainda de quem —, a gravar ministros e senadores. E veio a terceira, essa delação do ex-senador Sérgio Machado, que é mentirosa do começo ao fim. Não apresenta uma prova sequer. Repete a narrativa de delatores que estão desesperados para sair da cadeia ou querem lavar milhões que pilharam do setor público. Não acho isso razoável — declarou.

Delações

Renan voltou a criticar a Lei de Delações (Lei 12.850/2013) em vigor e defendeu a modernização do texto. Garantiu nada ter a ver com a Lava Jato.

— Com a autoridade de quem aprovou, no Senado, a Lei de Delações, com a autoridade de quem tirou o Ministério Público do papel e depois criou o Conselho Nacional do Ministério Público, com essa autoridade, eu entendo que é preciso mudar aspectos dessa lei — explicou.

Destacou que a lei não deve servir para limpar dinheiro “pilhado do povo brasileiro”.

— Não acho, seja a que pretexto for, que se encontre R\$ 1 bilhão ou R\$ 2 bilhões em contas no exterior e haja acordo para que essas pessoas devolvam R\$ 70 milhões e limpem mais de R\$ 1 bilhão. Isso não pode acontecer. A Lava Jato tem cumprido papel fundamental para o Brasil. Mas é preciso separar o joio do trigo. Dividir aqueles que são investigados por ouvir dizer, citações que são levadas como julgamentos públicos nos meios de comunicação, daqueles que roubaram bastante e que querem, com narrativa mentirosa e inventada como essa do Sérgio Machado, lavar 90% do dinheiro pilhado da população — ponderou.

Renan classificou como “criminosas” as afirmações feitas pelo ex-presidente da Transpetro sobre o presidente interino Michel Temer.

Paulo Rocha quer pena maior para quem explora trabalho infantil

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu a aprovação de projeto dele que estabelece penas que podem chegar a 8 anos de prisão, além de multa, a quem contratar menores de 14 anos para trabalhar (PLS 237/2016).

O senador lembrou que, embora o trabalho infantil já seja proibido,



a legislação prevê punições apenas em casos específicos, como maus-tratos, exploração sexual, condições análogas à escravidão e tráfico.

Nas demais situações, não há sanções previstas. Ressaltou que há no Brasil cerca de 3 milhões de crianças que trabalham.

Vanessa denuncia: cresce violência contra crianças e adolescentes

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) denunciou em Plenário o crescimento dos casos de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes, sobretudo no Amazonas.

Segundo a Secretaria de Segurança do estado, foram registrados 1.283 casos de violação de menores de idade neste ano, e a maioria das víti-

mas tinha menos de 11 anos. Para a senadora, o Legislativo e a sociedade precisam buscar providências que assegurem a punição desses crimes: — Atitudes deprimentes são dirigidas a crianças e, em grande parte, praticadas por um familiar com quem a vítima convive, o que dificulta o registro da denúncia.

Alvaro: pedido de impedimento de procurador busca atingir Lava Jato

Alvaro Dias (PV-PR) apoiou manifesto de associações do Ministério Público de todo o país em defesa da atuação dos profissionais de desqualificar o Ministério Público, o que gerou o pedido de impeachment de Janot: — É importante impedir que golpeiem a Operação Lava Jato. Quando tenta-se desqualificar o procurador-geral, o objetivo é comprometer as investigações em curso.



de desqualificar o Ministério Público, o que gerou o pedido de impeachment de Janot: — É importante impedir que golpeiem a Operação Lava Jato. Quando tenta-se desqualificar o procurador-geral, o objetivo é comprometer as investigações em curso.

A junta pericial encarregada de analisar o material referente à denúncia levará em conta 94 requisitos propostos pela defesa e por senadores. O coordenador do grupo foi substituído por decisão do presidente da Comissão do Impeachment, senador Raimundo Lira, que acatou pedido da defesa

Laudo sobre documentos do processo de impeachment deve estar pronto no dia 27

A JUNTA QUE fará a perícia nos documentos do processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff terá até o dia 27 de junho (uma segunda-feira) para entregar o laudo. A data foi anunciada ontem em reunião da Comissão do

Impeachment, que ouviu mais quatro testemunhas de defesa (*leia textos abaixo*).

A junta pericial é formada por três técnicos do Senado e auxiliada por três assistentes indicados pelas partes. Ontem, o presidente da Comissão do

Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), informou a decisão de substituir o coordenador do grupo. João Henrique Pederiva assumirá a função no lugar de Diego Prandino Alves. Ambos são consultores de Orçamento do Senado.

Na quarta-feira, o advogado da defesa, José Eduardo Cardozo, pediu a saída de Prandino da junta por considerar que ele demonstrava, em redes sociais, engajamento contra Dilma. A comissão manteve o servidor. Ontem, porém, Lira anunciou

que decidiu fazer a mudança. — Estou seguro da qualificação técnica de Diego Prandino Alves e não vejo riscos à qualidade do trabalho. No entanto, buscando atender ao justo equilíbrio, revisarei a designação — explicou. O consultor foi mantido como

membro da junta, gerando novos protestos da defesa. Além de Pederiva e Prandino, o grupo conta com Fernando Rincon, diretor-adjunto da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade do Senado. Os peritos assistentes da defesa são

Rodrigo Oraiir, do Ipea, e o jurista Ricardo Ribeiro. Da acusação, a economista Selene Nunes.

A junta deve levar em conta 94 requisitos na perícia, propostos pelas partes e por senadores, entre eles o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). Depois

da entrega do laudo, os senadores terão 24 horas para pedir esclarecimentos. Em seguida, os peritos assistentes terão 48 horas para entregar o próprio laudo. A comissão também ouvirá o coordenador da junta e um assistente de cada parte.



Renan, entre os senadores Gurgacz e Jucá e as diretoras Virginia e Ilana

Senado lança livro sobre sessão que afastou Dilma Rousseff

Em solenidade na manhã de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lançou o livro *20 Horas na História: a longa sessão de admissibilidade do impeachment da presidente Dilma Rousseff*. A publicação reúne mais de 300 páginas com discursos dos senadores na sessão do dia 11 de maio que, por 55 votos, aprovou o afastamento da presidente da República.

Renan Calheiros destacou que a obra é uma obrigação da instituição com o registro histórico, isenta de valorações ou juízos em torno da decisão adotada pela maioria dos senadores.

— Em respeito ao contraditório, pela devoção que temos à democracia, aqui estão transcritas integralmente, sem edição, todas as intervenções das senhoras senadoras e dos senhores senadores naquela longa maratona de debates que consumiu mais de 20 horas de atenta percepção. Se houver algum desequilíbrio entre partes antagônicas, terá sido por insuficiência de manifestação de algum dos lados,

não por critério da edição e publicação do livro. Sessão que, tenho convicção, entrará para a história pela civilidade, pelo respeito sagrado à divergência — declarou.

Renan lembrou que, durante o processo de afastamento temporário de Dilma Rousseff, a Presidência do Senado se pautou pela Constituição e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, além do precedente de 1992.

— Nos comportamos com a retidão de um magistrado, atendendo as demandas das partes antagônicas, procurando obsessivamente a isenção, a imparcialidade como instrumentos inafastáveis da consecução da Justiça — assegurou.

A publicação foi elaborada e finalizada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, dirigida por Virginia Malheiros Galvez. Com edição dos jornalistas Flávio Faria e João Carlos Teixeira, o livro foi impresso na Gráfica do Senado.

Baixe o livro em pdf: <http://bit.ly/20horasnahistoria>

Crédito para Educação assinado por Dilma tinha lastro, declara depoente

O decreto de crédito suplementar em favor do Ministério da Educação (MEC), mencionado na denúncia contra Dilma, tratou de recursos com lastro, provenientes de rubricas que apresentavam superavit ou excesso de arrecadação, disse o ex-secretário-executivo-adjunto do Ministério da Educação Wagner Vilas Boas.

— Se, com tudo que foi arrecadado, eu já atendi o que eu tenho em “restos a pagar” e tudo o que tenho empenhado e pago durante o exercício, o que sobra, quando vira o ano, é superavit — disse.

Ele afirmou que os recursos previstos no decreto também dizem respeito a um excesso de arrecadação de receitas próprias, geradas pelas unidades do MEC, como ocorre em convênios firmados pelas universidades.

Em resposta a Waldemir Moka

(PMDB-MS), Vilas Boas explicou que uma solicitação de suplementação só é atendida se for comprovada a existência de recursos.

— A área de orçamento do Ministério da Educação verifica, em relação àquele pleito da unidade, qual é a finalidade do pleito, se existe amparo na legislação e se aquele superavit existe — disse.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), os esclarecimentos mostram que os decretos foram legais e não representaram nova despesa.

Em resposta a Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Vilas Boas disse que os recursos destinados ao MEC não poderiam ser utilizados por outro ministério ou para outra finalidade. A testemunha também negou a possibilidade de indução da Presidência da República para a edição dos decretos.



Iara disse que verificar a meta fiscal é atribuição da Secretaria de Orçamento

Subsecretária de ministério fala pouco e acusação crítica a presença dela

O depoimento de Iara Ferreira Pinheiro na Comissão Especial do Impeachment ontem foi marcado por reclamações da acusação. Iara Pinheiro é subsecretária de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação e foi convocada pela defesa da presidente afastada Dilma Rousseff para falar de decretos orçamentários destinados ao órgão. Porém, ela deu respostas curtas e a acusação criticou a presença.

— A testemunha deixou evidenciado que não conhece nem tem relação com os fatos. Nosso pleito é que o depoimento seja dispensado. Solicito isso em respeito à população brasileira, porque este processo tem custo. Todas as pessoas arroladas pela defesa foram arroladas com o intuito de procrastinar — ques-

tionou a advogada Janaina Paschoal, uma das autoras da denúncia contra Dilma.

Iara explicou como funciona o processo de elaboração de decretos no Ministério da Educação, mas declarou que não poderia opinar sobre a compatibilidade deles com a meta fiscal do governo federal, uma vez que a atribuição de verificar esse aspecto é da Secretaria de Orçamento Federal.

Waldemir Moka e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) criticaram a convocação da subsecretária e disseram que não fariam perguntas por entenderem que ela não tem relação com os fatos. Bezerra afirmou que os senadores alinhados à defesa de Dilma usam o tempo da inquirição das testemunhas para fazer “proselitismo político”.



Segundo Costa, na verdade o ministério teve R\$ 10,9 bi cortados pelo governo em 2015

Ex-secretário do MEC afirma que decretos não geraram mais despesa

O ex-secretário-executivo do Ministério da Educação Luiz Cláudio Costa disse ontem à Comissão do Impeachment que os decretos de suplementação editados pela presidente afastada Dilma Rousseff em benefício da pasta foram regulares e não implicaram aumento de despesa ou desrespeito à meta fiscal. Ele afirmou que, por conta do contingenciamento de 2015, o ministério trabalhou com R\$ 10,9 bilhões a menos.

— O crédito adicional não significou recurso novo. Ao contrário, tivemos que nos adequar a um corte — enfatizou.

Segundo Costa, desde 2008 o Acórdão 2.731 do Tribunal de Contas da União (TCU) permitia ao Ministério da Educação obter recursos por meio de decreto. Ele disse que esse procedimento

era corrente e, depois que o TCU mudou o entendimento, a prática não foi mais adotada.

Para o advogado de defesa de Dilma, José Eduardo Cardozo, o depoimento foi “demolidor”. — Os decretos foram editados conforme acordão vigente na época. Além disso, não ensinaram gastos extras. Onde está o comprometimento da meta fiscal? — perguntou.

Os senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticaram a atuação do governo Dilma na educação e lamentaram que programas como o Pronatec (ensino técnico) e Fies (financiamento estudantil) estejam praticamente parados. Para Caiado, o dinheiro foi mal gasto e o governo preferiu fazer empréstimos a países como Angola, Venezuela e Cuba.



Vilas Boas afirma que recursos vieram de superavit ou excesso de arrecadação do MEC

Para José Medeiros, Dilma foi responsável por sua própria destruição

José Medeiros (PSD-MT) afirmou que, graças à sinalização do governo interino de Michel Temer de que fará ajustes na economia, já se pode ver empresários querendo investir. Com o fim do processo de impeachment, previsto para a segunda quinzena de agosto, ele espera que o país possa caminhar, seja com Temer, seja com Dilma na Presidência da República.

O senador voltou a criticar o discurso de que Dilma estaria sofrendo um golpe:

— Não foi a oposição que derrubou esse governo. A presidente foi responsável por sua construção e por sua própria destruição — observou.

Governo quer extinguir direitos garantidos por lei, lamenta Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) criticou o governo do presidente interino Michel Temer, dizendo que o poder foi tomado por um grupo de políticos “que ameaçam as famílias brasileiras com medidas antipopulares e antidemocráticas”. O senador lamentou que “um governo golpista e seus articuladores tenham conseguido enganar alguns”, mas disse ter esperança de que a população e os parlamentares percebam os interesses não republicanos de Temer e os danos que ele está trazendo ao país.

— O governo pretende destruir direitos garantidos por lei desde a década de 50 do século passado em troca de uma suposta produtividade que beneficia os barões da indústria e pune a classe trabalhadora.

Testemunhas mostram que não há base para impedimento, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que as palavras das testemunhas ouvidas deixam cada vez mais claro que não há base para o afastamento de Dilma Rousseff. Na opinião dela, os apoiadores do impeachment estão “forçando a barra” para enquadrar atos corriqueiros como crime de responsabilidade.

A senadora disse ainda que, para ela, não é novidade a menção ao presidente interino Michel Temer na delação premiada e que logo a sociedade entenderá que o objetivo do impeachment é acabar com a Operação Lava Jato e promover reformas impopulares.

Capiberibe defende plebiscito sobre novas eleições para Presidência

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu um plebiscito nacional sobre a realização imediata de novas eleições para presidente e vice-presidente da República.

O senador explicou que, diante das inúmeras denúncias de corrupção, a sociedade não vê legitimidade nos políticos para darem uma condução na crise política e econômica. Para ele, o impeachment de Dilma não resolve a crise, sendo necessária a construção de uma “saída negociada e com o aval da sociedade através das urnas”.

— É uma situação preocupante e vejo que a única saída para alinhar a crise política é consultar o povo.

Gurgacz: povo quer participar das decisões e renovação na política

O caminho mais curto e democrático para resolver a crise política do país é a realização de novas eleições presidenciais, na opinião de Acir Gurgacz (PDT-RO). Na quarta-feira, o senador disse que o povo está atento à necessidade de renovação na política e quer participar de forma efetiva da tomada de decisões.

— O Brasil acordou para os riscos que a crise política traz para o dia a dia do cidadão. A população não aguenta mais perder empregos e ver serviços serem diminuídos. O povo não quer trocar um governo por um antigo aliado desse mesmo governo. Gurgacz citou pesquisa do Instituto Ipsos que revela que 70% da população apoia a antecipação das eleições presidenciais.

Cristovam apoia proposta de Temer para limite em gastos públicos

Cristovam Buarque (PPS-DF) considerou positiva a proposta da equipe econômica do presidente interino Michel Temer de limitar os gastos públicos com base na inflação do ano anterior. A proposta de emenda à Constituição ainda será enviada ao Congresso Nacional.

Pela iniciativa, a fixação do teto para os gastos públicos terá validade de 20 anos, a partir de 2017, com possibilidade de revisão das regras a partir do décimo ano de vigência. Para Cristovam, é importante que o Brasil deixe de gastar levemente, sem priorizar setores como saúde, educação, ciência e tecnologia.

Requião: teto para dívida e despesas causará prejuízos ao Brasil

Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ao Congresso que rejeite a proposta que fixa limite para a dívida e os gastos públicos, por entender que a medida causaria prejuízos ao país.

Para ele, a limitação não reduziria a dívida pública, afetaria a soberania nacional e poderia culminar com a entrega da riqueza do país a grandes potências. Na prática, disse, a política geraria grave recessão e conflito social devido à necessidade de adequar as demandas democráticas ao limite fixado para os gastos e o endividamento, destruindo a saúde pública, a educação, a assistência social e a legislação do trabalho.

Dário Berger aponta taxa de juros como obstáculo a crescimento econômico

Dário Berger (PMDB-SC) cobrou do governo atitude para baixar a taxa de juros, que, a seu ver, constitui obstáculo aos investimentos e ao crescimento econômico, além de agravar os efeitos da “mais grave crise econômica de todos os tempos”. O senador considera “superada e arcaica” a tese de controle da inflação por meio do aumento de juros:

— De tudo que é produzido hoje no país, 50% estão sendo destinados aos juros e à rolagem da dívida, que chega quase a R\$ 1 trilhão. Nós investimos em transporte, no ano passado, 1% do que pagamos de juros e de rolagem da dívida no período.

Regina questiona dados sobre o número de desempregados no país

Regina Sousa (PT-PI) rebateu a informação de que o número de desempregados na gestão de Dilma Rousseff chega a 25 milhões. Para ela, é preciso descontar aqueles que perderam o posto de trabalho, mas recebem seguro-desemprego.

A senadora citou também o erro, admitido pelo governo atual, no cálculo do impacto do reajuste dos servidores aprovado na Câmara dos Deputados. Refeitas as contas, o custo para o governo é de R\$ 67,7 bilhões entre 2016 e 2018, quase R\$ 15 bilhões a mais.

— Quero saber como vão resolver essa questão do que já foi aprovado.

MP da Lei Antidoping avança e vai à Câmara

Medida deve valer nas Olimpíadas deste ano e cria a Justiça Brasileira Antidopagem, além de credenciar laboratório da UFRJ na agência que controla doping no mundo

A MEDIDA PROVISÓRIA que atualiza a legislação antidopagem e deve vigorar já nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 venceu um obstáculo ontem. Comissão mista do Congresso aprovou parecer sobre a proposta, que vai para a Câmara e depois para o Senado.

A MP 718/2016 cria a Justiça Desportiva Antidopagem e estabelece as competências da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), entre eles, conduzir os testes e fazer a gestão dos resultados.

Caberá ao Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro, vinculado ao Ministério do Esporte, aprovar o Código Brasileiro Antidopagem, que definirá regras antidopagem e sanções cabíveis.

O texto da MP destaca o credenciamento pela Agência Mundial Antidopagem (Wada) das novas instalações do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A MP autoriza ainda que embarcações destinadas a



Para Humberto, presidente da comissão, MP é fundamental para a Rio 2016. Relator, Jacob destacou benefícios do texto

hospedagem no período dos Jogos sejam consideradas, para fins tributários e aduaneiros, navios estrangeiros em cruzeiro pela costa brasileira.

O benefício, segundo o texto, é assegurado também a embarcações que se destinem à hospedagem de pessoas diretamente ligadas, contratadas ou convidadas pelo Comitê Olímpico Internacional, pelo Comitê Paralímpico Internacional, pelo Comitê Organizador da Rio 2016, pelos comitês olímpicos nacionais; pelas federações desportivas

internacionais; pela Wada; e pela Corte Arbitral do Esporte.

Isenções

A MP assegura que, durante os jogos, a Agência Nacional de Aviação Civil poderá autorizar a exploração de serviços aéreos por empresas estrangeiras, desde que a autorização tenha relação com os eventos.

A medida altera a Lei 10.973/2004 a fim de facilitar contratações vinculadas à pesquisa, ao desenvolvimento ou à inovação no país.

A mudança isenta entidades

sem fins lucrativos do Imposto de Importação (II), do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) e do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante em operações de importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, matérias-primas e produtos destinados à pesquisa científica e tecnológica.

— São esperados benefícios imediatos para o enfrentamento de desafios como o combate à dengue, à chicungunha, à zika e a outras doenças. Somam-se benefícios de lon-

go prazo, como o progresso tecnológico que propiciará desenvolvimento econômico e melhoria na qualidade de vida da população — argumentou o relator, deputado Celso Jacob (PMDB-RJ).

Emendas

Celso Jacob acatou duas emendas. A primeira delimita os termos da ação de fiscalização a ser exercida pelos Conselhos Federal e regionais de Educação Física. De acordo com a redação, a competência fiscalizatória detida pelos conselhos é tão somente a de aferir o cumprimento das obrigações de registro e anotação de responsabilidade técnica. A segunda emenda reforça a importância da aplicação dos chamados testes-surpresa de antidopagem em atletas.

O presidente da comissão, senador Humberto Costa (PT-PE), destacou que a conversão da MP em lei é fundamental para a realização dos Jogos:

— Essa MP, editada pela presidenta Dilma, nos dá um reforço legal para o controle do doping, no contexto de chegada das Olimpíadas.

Subcomissão aprova realização de audiência sobre legislação mineral mais moderna

A Subcomissão de Acompanhamento do Setor Mineral aprovou ontem requerimento de audiência pública para debater a modernização da legislação mineral brasileira.

Para o debate, serão convidados o procurador-chefe substituto do Departamento Nacional de Produ-

ção Mineral, Frederico Machado; o advogado William Freire; o professor da Universidade de Brasília Adriano Trindade; o conselheiro do Instituto Brasileiro de Mineração Guilherme Simões; o professor da Universidade de São Paulo Fernando Scaff; e o procurador federal aposentado Luiz

Antônio Sotério de Oliveira.

O autor da proposta, Wilder Moraes (PP-GO), argumentou que as leis vigentes não têm se mostrado suficientes para promover a competitividade dos bens minerais no setor industrial. Para ele, isso revela a necessidade de práticas empresariais modernas.

No requerimento, Wilder argumenta que é necessário o incentivo a atividades que agreguem valor ao minério. O senador afirma que essas atividades exigem bastante dinheiro, tecnologia, mão de obra qualificada, energia e infraestrutura, entre outros fatores e insumos.

Elmano pede combate à violência contra os mais velhos no Brasil

Elmano Férrer (PTB-PI) apontou a necessidade de combater a violência contra a pessoa idosa. O senador salientou que, além das agressões físicas, os idosos sofrem com outras formas de violência, como a negligência e o abandono, o abuso eco-



nômico e a pressão psicológica. Ele lembrou que a preocupação com a violência contra os idosos tem aumentado com o envelhecimento da população, mas a sensação de impunidade eleva o índice de agressões a essas pessoas.

Paim quer volta do Ministério da Previdência e atenção aos idosos

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem as manifestações em defesa da recriação do Ministério da Previdência, incorporado ao Ministério da Fazenda.

— Como eles dizem, a Previdência é nossa, não é do governo. O governo é o gestor, simplesmente.



Em discurso na quarta, ele destacou o Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa.

— Existem mais de 20 milhões de idosos no Brasil. O país tem que redobrar a vigilância na defesa dos seus idosos.

Ferraço reclama de cobrança sobre uso dos terrenos de marinha

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) lamentou que as populações que vivem em ilhas costeiras e oceânicas que são sede de municípios tenham que pagar taxas de terrenos de marinha. Ele explicou que a Secretaria de Patrimônio da União e a Advocacia-Geral da



União entendem que a emenda que extingue a cobrança não afeta o direito da União de cobrar os moradores. Ferraço espera que o Supremo decida sobre o assunto. — O que nós estamos clamando é que eles votem, que eles decidam.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Teto não afetará educação e saúde, diz ministro

Titular do Planejamento explicou ontem em comissão mista proposta do governo que fixa um limite para os gastos públicos, vinculado à inflação

A POSSÍVEL QUEDA dos investimentos públicos em saúde e educação esteve em debate ontem na Comissão de Orçamento (CMO). O ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, negou que a proposta de criar um teto para os gastos públicos nos próximos anos possa comprometer os repasses para setores vitais.

Oliveira detalhou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece um teto de reajuste anual nos gastos públicos, vinculado à inflação do ano anterior. A PEC foi apresentada na quarta pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, como uma das medidas mais importantes da equipe econômica do presidente interino Michel Temer.

Pelo texto, a partir de 2017 o aumento dos recursos investidos em cada área de todos os Poderes deverá ter como limite o gasto do ano anterior, corrigido pelo índice da inflação oficial, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Tanto Oliveira quanto o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi titular da pasta do Planejamento nos primeiros dez dias do governo Temer, afirmaram que o Congresso, ao votar a lei orçamentária, poderá destinar mais verbas para educação e saúde, entre outras prioridades, por remanejamento de recursos.



Relator da LDO 2017, Wellington (E) ouviu o ministro, que informou que a nova meta fiscal deve sair nos próximos dias

O ministro garantiu que a regra transitória, prevista para durar 20 anos, não comprometeria os mínimos constitucionais já determinados para as áreas de educação e saúde. Esses valores, disse, representam um “piso” que vem sendo normalmente cumprido.

— Na saúde, por exemplo, os investimentos este ano serão R\$ 19 bilhões acima do que prevê esse mínimo. Mas a discussão do Orçamento precisa ser realista, são escolhas políticas. Dentro de um montante “x” de despesas, educação e saúde poderão até ter as destinações aumentadas.

Primeiro passo

Ambos reiteraram que a adoção do teto no aumento anual das despesas públicas é um primeiro passo fundamental para o ajuste fiscal, visando à retomada da estabilidade econômica e da confiança dos

investidores, para o país voltar a crescer e a gerar empregos.

— Não estamos retirando recursos da educação e da saúde, muito pelo contrário. Será um piso dentro de uma discussão realista, o resto é sofisma e a tentativa de estabelecer uma discussão histórica — disse Jucá.

Apesar das explicações do ministro e de Jucá, os senadores Eduardo Braga (PMDB-AM) e Regina Sousa (PT-PI) manifestaram preocupação quanto aos recursos para educação e saúde.

Braga reiterou que o mínimo de destinações já determinado pela Constituição não pode ser prejudicado por uma disposição transitória. Regina disse que a nova diretriz afeta “mortalmente” as metas previstas no Plano Nacional da Educação (2014–2024). Segundo ela, a proposta, mesmo que preserve ou aumente

gastos com educação e saúde, causará impacto ainda maior em outras áreas sociais.

— Será que algum dia o andar de cima vai pagar alguma coisa neste país? — questionou.

Nova meta fiscal

O presidente da CMO, deputado Arthur Lira (PP-AL), recebeu, na reunião, do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, senador Wellington Fagundes (PR-MT), o parecer preliminar da proposta.

Com isso, ela fica aberta para sugestões de emendas pelos senadores e deputados até às 18h de segunda-feira. O objetivo é entregar o relatório final da LDO ao Plenário do Congresso no dia 13 de julho, quatro dias antes do prazo final para deliberação.

Wellington reiterou que seu grande desafio é elaborar uma “LDO realista”, com números

e projeções que sejam confiáveis, principalmente quanto à arrecadação. Ele e Eduardo Braga, relator do projeto de lei orçamentária de 2017, perguntaram a Dyogo Oliveira sobre a alteração da meta fiscal de 2017. Pela estimativa enviada à CMO na gestão da presidente afastada Dilma Rousseff, é previsto um déficit primário de até R\$ 65 bilhões.

Havia a expectativa dos membros da CMO de que o ministro já apresentasse uma nova projeção. Mas Oliveira disse que o assunto vem sendo estudado pelo Ministério do Planejamento e que a meta fiscal será enviada nos próximos dias, retirando desse cálculo o montante de R\$ 33,2 bilhões de arrecadação previsto pela recriação da CPMF, que constava na projeção de Dilma.

A nova meta também incluirá o impacto de aumentos a diversas categorias do serviço público e a renegociação de dívidas estaduais com a União.

— Vai ser um número único, sem desdobramentos. E negativo, com certeza — disse Dyogo.

Reajustes

Regina perguntou ao ministro sobre o impacto dos reajustes aos servidores. Ela citou reportagem segundo a qual os reajustes terão um impacto nas contas públicas “bem superiores” ao que se prevê de inflação, tanto em 2017 quanto em 2018.

Oliveira, porém, contestou as projeções, garantindo que o impacto será inferior ao que se prevê para o centro da meta de inflação nesses dois anos.

Argentina e Brasil devem buscar mercados, avalia embaixador

A Argentina e o Brasil devem ser mais “agressivos” na busca de acordos de comércio com outras partes do mundo, disse ontem o embaixador argentino em Brasília, Carlos Alfredo Magariños. Em audiência pública promovida pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), a pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), presidente do colegiado, o diplomata defendeu a rápida resolução de conflitos bilaterais e a elaboração de estratégia conjunta do Mercosul de inserção na economia internacional:

— Os países emergentes já representam mais da metade do produto interno bruto global em paridade de poder de compra. Uma nova classe média global terá, em 2020, 3,2 bilhões de pessoas, das quais 54% na Ásia. Empresas de países emergentes estão alcançando liderança na economia mundial. Que lugar terão as empresas de Brasil e Argentina nesse processo?

Magariños citou o exemplo da China, empenhada em criar a Nova Rota da Seda, conjunto de ferrovias e rotas de navegação que ampliará o comércio chinês com a Europa e a Ásia Central. A seu ver, Argentina e Brasil devem analisar como se integrar melhor à economia internacional.

Automóveis

Em relação ao comércio bilateral, o embaixador disse que os dois países podem

chegar rapidamente ao livre intercâmbio de automóveis, caso sejam superadas “desconfianças” que existem dos dois lados. Para isso, frisou, deve-se “nivelar o campo de jogo”, já que existem diferenças de regimes tributários dos dois países. O embaixador defendeu a rápida resolução dessa questão no âmbito bilateral, tendo em vista negociações em andamento dos dois países com o México, cuja indústria automobilística compete no

mercado internacional com a argentina e a brasileira.

O senador Jorge Viana (PT-AC) lembrou que o comércio bilateral chegou a alcançar, nos dois sentidos, US\$ 39,6 bilhões em 2010, e que agora limita-se a US\$ 23 bilhões. Ele defendeu a retomada dos níveis anteriores de trocas comerciais, além de maior intercâmbio nos setores de cultura e ciência e tecnologia. O embaixador admitiu que a falta de divisas da Argentina levou o país, nos últimos anos, a impor barreiras às suas importações, mas lembrou que o presidente Mauricio Macri tem levantado obstáculos ao comércio internacional.

Ponte

Lasier Martins (PDT-RS) pediu empenho do embaixador argentino e do futuro embaixador brasileiro em Buenos Aires, Sérgio Danese, presente à audiência, na construção de uma ponte sobre o Rio Uruguai

ligando os dois países.

Armando Monteiro (PTB-PE) disse que Argentina e Brasil, como “sócios majoritários”, precisam buscar formas de “dinamizar o Mercosul”, como acordos de compras governamentais e de proteção de investimentos.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) demonstrou preocupação com a possibilidade de o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, assumir em julho a presidência rotativa do bloco. Ele criticou o governo vizinho pelo comportamento incompatível com as normas do Mercosul.

Foram criados, na reunião, o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, de deputados e senadores, e o Foro Parlamentar Brasil-Argentina, a ser composto por senadores dos dois países. A iniciativa foi de Aloysio Nunes, que cobrou a atuação dos dois Parlamentos em empreendimentos conjuntos como a Hidrovia Binacional, ainda a ser implementada.



Debate com Carlos Magariños foi ideia do presidente da CRE, Aloysio Nunes

Debate destaca contaminação de alimentos

Uma das causas do desperdício e da perda de produtos é a falta de cuidado no manuseio até mesmo pelos consumidores, explicam especialistas

ENTRAR EM RESTAURANTES sem lavar as mãos e cometer práticas ruins em self-services como falar, tossir e espirrar em cima dos alimentos no balcão contamina a comida e impede a doação. O assunto foi debatido ontem na Comissão de Agricultura (CRA), em audiência sobre o combate ao desperdício de alimentos.

De acordo com a nutricionista e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Raquel Botelho, em uma pesquisa feita em mais de dez restaurantes no Distrito Federal, 96% das pessoas agiram com falta de cuidado com a higiene.

A audiência foi proposta pela presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS), e por Lasier Martins (PDT-RS). Foi a última de três reuniões com o objetivo de instruir o relatório dos PLSs 672, 675 e 738/2015, que tratam do tema. Lasier é relator dos projetos, que tramitam juntos.

— A problemática é generalizada. É como se tivéssemos que começar do zero. Eu queria ver de que modo nós podemos atingir a todos — disse Lasier.

O problema está relacionado aos alimentos que são classificados como resto nos restaurantes. Segundo Raquel, eles não podem ser doados porque estão contaminados.

— Esse arroz, esse feijão que foi colocado ali, você não sabe quanto tempo aquela cuba ficou ali exposta e o nosso consumidor precisa ser muito educado. No estudo das práticas inadequadas dos



Raquel Botelho, Ana Amélia e Antonio Gomes Soares debatem na Comissão de Agricultura sobre como evitar desperdício

consumidores em restaurantes, foram observadas cenas inusitadas como a pessoa colocar a mão dentro do feijão para pegar a colher que havia caído — afirmou.

Raquel relatou um trabalho por boas práticas no restaurante do Hospital Universitário de Brasília (HUB), devido ao surto da gripe H1N1.

— As nutricionistas do refeitório observaram que nem os profissionais da saúde lavavam as mãos antes de se servirem. Elas tentaram fazer uma campanha, mas a reação das pessoas foi negativa — disse.

Desperdício e perda

O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Antonio Gomes Soares afirmou que, das perdas que ocorrem em frutas e hortaliças no país, 10% acontecem no campo; 50%, no manuseio e transporte; 30%, em centrais de abastecimento; e 10%, nos supermercados e consumidores. Um dos principais problemas é a questão gerencial, de falta de qualifi-

cação de quem trabalha nesse processo e comete falhas na embalagem dos alimentos, no transporte e na exposição para o consumo em supermercados, além do excesso de toque por parte dos consumidores.

— Quem nunca viu uma dona de casa quebrar a ponta do quiabo? Acreditam que alguém vai comprar aquele quiabo que está na gôndola com a ponta quebrada? Isso, sim, é um desperdício. Precisamos de campanhas educacionais ao consumidor também.

Prazo de validade

Os debatedores se mostraram contrários à adoção de dois tipos de prazo de validade, um para venda e outro seguro (para doações e reaproveitamento).

Segundo Soares, o que poderia ser feito é o supermercado doar quando estiver faltando uma semana para esgotar o prazo, mas é preciso observar a legislação para garantir que ele não seja punido caso alguém passe mal com o consumo daquele produto.

— O problema da doação ainda hoje está relacionado com o que vai acontecer se o produto for mal acondicionado até ser distribuído. Temos que ter cuidado de retirar de quem doa o ônus de algum problema, sem fazer dolo, porque senão se inviabiliza a doação.

Waldemir Moka (PMDB-MS) demonstrou preocupação com uma legislação que criminalize, em vez de incentivar.

— Talvez tivéssemos de estimular o restaurante, o produtor, quem vende, quando ele tem práticas para doação perfeitamente adequadas do ponto de vista da saúde.

Raquel explicou que o prazo de validade não é estimado apenas pela presença de microorganismos nos alimentos, mas também pela experiência sensorial (como alteração do cheiro, da cor, da textura).

Bancos

Quanto à doação de alimentos, os expositores sugeriram que haja a presença de um responsável técnico nos bancos

de alimentos para garantir que o produto doado pelo restaurante foi bem acondicionado e será bem reaquecido para o consumo.

Além disso, a pesquisadora da UnB disse que foi feita uma avaliação de 37 restaurantes em todo o país, por meio de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, em que se chegou à conclusão de que os programas de restaurantes e bancos de alimentos não estavam integrados.

— Muitos municípios terceirizam os restaurantes populares e a legislação impede a empresa terceirizada de receber e doar alimentos — afirmou.

Roberto Muniz (PP-BA) disse que, no Brasil, 26,3 milhões de toneladas de alimentos têm o lixo como destino, sendo a maior perda (45%) de hortifrutis, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O senador fez um relato sobre o Colheita Urbana, projeto que visa arrecadar alimentos que seriam desperdiçados, mas estão próprios para o consumo, e distribuí-los para instituições sociais.

— Visitei essa experiência exitosa na cidade de São Paulo, em 2000. Hoje reúne 830 instituições e 640 empresas.

Muniz defendeu que as propostas em debate contemplem segmentos produtivos ou mesmo, em relação à logística, estimulem doações.

— Há condição de este colegiado avançar nas legislações, mas devemos estabelecer normas orientadoras para pequenos empresários, grande parte dos interessados em contribuir, que podem e querem ajudar na sua comunidade.

Professores criticam desligamento de tutor em universidade

As regras de desligamento dos professores tutores do Programa de Educação Tutorial (PET), mantido pela universidades federais para estimular a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, geraram divergências ontem na Comissão de Educação (CE).

Os professores convidados criticaram o limite de tempo de permanência dos tutores. Desde 2010, segundo portaria do Ministério da Educação, o prazo é de seis anos: dois períodos consecutivos de três anos. Eles reivindicam critérios de renovação dependente apenas de avaliação de desempenho, sem prazo-limite.

O representante do Ministério da Educação, Vicente de Paula Almeida Júnior, disse que o limite de tempo abre a

possibilidade, mediante edital de seleção, aos professores ainda não selecionados que tenham interesse em participar como tutor do programa, sem impedir que os desligados voltem a concorrer.

— A rotatividade é salutar. O PET funciona tão bem e é tão valorizado que outros professores querem ter essa oportunidade.

Descontinuidade

Para os professores, um dos problemas em haver prazo é a descontinuidade nas atividades dos grupos de pesquisa e extensão. O presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial, João Aristeu da Rosa, considerou que o ideal é a permanência do tutor enquanto estiver realizando o trabalho

de modo adequado.

Hoje, o PET atua com 842 grupos, distribuídos em 121 instituições federais de ensino superior. Um tutor ganha por mês um adicional de R\$ 2,2 mil para orientar um grupo de 12 alunos bolsistas e até mais 6 voluntários. O valor mínimo das bolsas é de R\$ 400.

Rosa sugeriu que a decisão sobre a renovação da tutoria seja tomada por órgão do PET, com base em avaliação anual. Comporia o resultado a avaliação dos integrantes do grupo, o relatório de trabalho apresentado pelo tutor, o planejamento anual de atividades que elaborar com o grupo e a autoavaliação.

Professores também disseram que, na prática, o tempo médio de tutoria tem sido de cinco anos e meio. Por isso,

consideram não haver necessidade de fixar tempo máximo para desligamento.

Transição

Em 27 de junho, vencerá o prazo de permanência dos tutores de mais de 500 grupos do PET. Segundo Marcos Cesar Danhoni Neves, que representou a Sociedade Brasileira de Educação Tutorial, “o desligamento representará uma mortandade, devido à substituição atabalhoada dos atuais tutores por outros provavelmente sem perfil”.

Vicente de Paula respondeu que os grupos são institucionais e continuarão normalmente as atividades após a reposição dos tutores.

A audiência foi sugerida por Ana Amélia (PP-RS), que também dirigiu os trabalhos.

Diante da controvérsia, a senadora adiantou que pedirá uma avaliação do assunto à Consultoria do Senado e, após formar uma opinião, a CE deverá se manifestar perante o Ministério da Educação.

O presidente da Comissão Organizadora do Congresso Latino-Americano Interdisciplinar do Adolescente, Dante Barone, abordou as dificuldades que o PET enfrenta devido ao corte de recursos. O valor anual é de R\$ 9,6 mil, mas em 2015 apenas a metade foi liberada.

Vicente de Paula explicou que todos os ministérios tiveram que ajustar os orçamentos por causa da crise. Ele disse que estão sendo feitos esforços para que seja liberado este ano pelo menos uma das duas parcelas anuais.



20 HORAS NA HISTÓRIA



A LONGA SESSÃO DE ADMISSIBILIDADE DO IMPEACHMENT
DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Documento histórico da sessão que aprovou o afastamento da presidente da República



Registro com mais de 300 páginas de todos os discursos de senadores



Retrato de uma operação que reuniu centenas de servidores do Senado



Memória de um capítulo dramático da história do Brasil, tratado com equilíbrio e isenção



PT

20 Horas na História.
Livro com versão digital disponível em <http://bit.ly/20horasnahistoria>

DEM

PPS

PRB

PSC

REDE

instauração do processo de impeachment, com os votos contrários que menciona.

SIM 55

NÃO 22

ABSTENÇÃO 0

PRESIDENTE 1

20 HORAS NA HISTÓRIA

A LONGA SESSÃO DE ADMISSIBILIDADE DO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF



VERSÃO DIGITAL DISPONÍVEL EM <http://bit.ly/20horasnahistoria>